

RESENHA CRÍTICA

Aline Cristina Santana Rossi

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo UNESP/FCT de Presidente Prudente- São Paulo.
E-mail: line.csantana@hotmail.com.

O livro “Cidades Rebeldes: Passe livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil” foi idealizado e organizado coletivamente, apresentando contribuições e olhares sobre os protestos e manifestações ocorridos nas cidades brasileiras em 2013 também denominados de “Jornadas de Junho” no referido exemplar. O título desta obra é inspirado e faz referência ao livro escrito por David Harvey “Rebel Citie: From the Right to the City to the Urban Revolution”¹.

No desenrolar de todo o exemplar percebemos que os textos são apresentados por autores de diferentes áreas de conhecimento, como Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, Serviço Social, História, Comunicação, Direito, Movimentos sociais e outros. Há uma sequência lógica sobre os debates, nos fazendo refletir a respeito de seus pensamentos desencadeados após as manifestações, tais como o direito à cidade, problemas urbanos, a grande mídia relacionada às redes sociais e a criminalização de muitos manifestantes. A apresentação da obra conta com as palavras da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik. A autora descreve de modo sucinto sobre a contribuição de cada autor ao livro e articula de maneira exemplar aos acontecimentos que permearam o mês de junho do ano de 2013. Rolnik explana brevemente sobre o direito à cidade e os valores políticos e organizacionais que perpassaram os movimentos e seus desdobramentos.

Ao nos apropriarmos da leitura deste livro fica claro que as manifestações de junho não surgiram sem propósito e/ou “da noite para o dia”, não se trata de R\$ 0,20 centavos como muito bem apresentado pela comissão do Movimento Passe Livre (MPL), um movimento social autônomo, apartidário e horizontal, cuja principal luta centra-se na gratuidade do transporte público de qualidade, trata-se de prevalecer o direito de mobilidade, de uso da cidade e de seu direito.

A autora, Ermínia Maricato, discorre sobre as condições da cidade e o fato dela não ser apenas a fonte de um lugar, mas de ser o suporte para

1. HARVEY, David. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso, 2012. 208 p.

a reprodução social, suas características e forma como se realizam. O que reforça a necessidade de compreender, lutar e buscar as modificações necessárias para que, de fato, seja incorporado o direito à cidade e amenizada a segregação e exclusão desta cidade legal perante seus habitantes que também ajudam a produzir o espaço urbano.

O direito à cidade é visto por David Harvey em uma perspectiva que transcende o conformismo e a espera. Para ele esse direito só será garantido por meio da luta e da construção de acordo com as necessidades coletivas, por meio da tomada do que é de direito através do ímpeto dos movimentos sociais, denotando uma forte premissa materialista de análise. Carlos Vainer constata o protagonismo das lutas da cidade que se mostram por meio dos movimentos e dinâmicas que vêm à tona nas mobilizações, o que o autor expressa como sendo uma lógica contrária da ideologia do “empreendedorismo” e “individualismo competitivo da vida social”.

Na sequência, o autor Mauro Iasi aborda a questão da cidade como expressão das relações sociais de produção capitalistas, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital. Desse modo, as manifestações de junho são como uma ruptura com a lógica da conformidade, “a vida que pulsava transbordou”. Nesse sentido, Mike Davis entende esse processo como uma luta por um espaço vital, onde as contradições estão à mostra, explicitadas pelas grandes mídias.

Silvia Viana nos traz um exemplo esclarecedor da contradição e da falsa neutralidade das grandes mídias também debatido por Venício de Lima, em que a “velha mídia” não pode ser considerada imparcial. O viés das redes na Internet é evidenciado por Lincoln Secco, que coloca a internet enquanto espaço de interação entre os indivíduos e mediada pelo mercado de consumo, mas também amplamente vigiada pela inteligência dos governos. Tal debate é transposto por João Alexandre Peschanski ao explicar a respeito do capitalismo perverso, que mascara, engloba e dinamiza todos os debates e integra em realidades plausíveis a utopia.

Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira discorrem a respeito do “empresariamento urbano” em que as lutas territoriais ampliam e ressignificam as perspectivas dicotômicas, sendo a cidade não apenas como palco destas lutas, como também aquilo pelo que se luta, reverberando assim a premência e atualidade da abordagem materialista e dialética. Nesse sentido, Ruy Braga irá argumentar sobre a precarização do trabalho e das condições de vida que resultam em uma alarmante frustração social. De fato, as manifestações são uma “arma” importante quando o que se deseja é que as leis não sejam utilizadas para se impedir de lutar. Já para

Jorge Luiz Souto Maior as leis devem seguir amparando e norteando cada ato de protesto, já que os movimentos sociais representam parcelas da população que veemente sofrem com as causas e efeitos do capitalismo.

Sakamoto em seu artigo nos esclarece que, apesar de inúmeras vezes ouvirmos “o gigante acordou” vale lembrar que parte deste “gigante” nunca sequer cochilou, pois lutou e luta pelos ideais e propósitos de uma reforma política rumo a uma democracia participativa. Slavo Zizek, por sua vez, nos faz analisar a estrutura e conjuntura por meio da categoria marxista da totalidade, compreendendo as articulações entre os fenômenos sociais em sua conexão dialógica e dialética. Dessa forma, ele nos apresenta duas questões intrinsecamente ligadas às manifestações que ocorreram por diversos países que é a questão econômica e a questão da política ideológica, essas em detrimento do mesmo processo que atinge outros países: o capitalismo global.

Consideramos que o presente livro - atual e crítico – se constitui em leitura obrigatória para profissionais e pesquisadores das diversas áreas do conhecimento não somente pelo seu substrato teoricamente embasado e conceitualmente “afinado”, mas também e, sobretudo, pelo caráter politicamente engajado em desmistificar discursos e compreender “o raio que atingiu a terra”, entretanto, não numa postura idealista, mas a partir das lutas e mobilizações por todo território nacional e internacional, reafirmando a premissa marxista em sua contemporaneidade no potencial de analisar “da terra para o céu” tais manifestações e ocupações.